

TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO CIVIL PREVENTIVA 2030 - UMA ANÁLISE DA RCM Nº 112/2021



travel through knowledge

Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração

Artur Ferreira
Licenciatura em Proteção Civil / ISCIA
artur.form@sapo.pt

Luís Teixeira
Licenciatura em Proteção Civil / ISCIA
flipepaxeco@live.com.pt

Luís Sequeira
Licenciatura em Proteção Civil / ISCIA
miguell12@live.pt

Nuno Cunha
Licenciatura em Proteção Civil / ISCIA
nfdc-23@hotmail.com

Luís Dias Ramos
ISCIA / ISCIA
ldr@iscia.edu.pt

Introdução

Este estudo avalia a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 112/2021, visando:

- ⊕ Avaliar a RCM n.º 112/2021, focando a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP 2030).
- ⊕ Assinalar a mudança de paradigma na gestão de riscos, priorizando a prevenção e alinhando-se a compromissos internacionais.
- ⊕ Destacar a falta de clareza na estratégia de utilização de recursos financeiros e dos meios.

Objetivos

- ✔ Analisar a consistência estratégica desta RCM à luz da Teoria da Estratégia e das leis pertinentes da Proteção Civil.
- ✔ Avaliar a alocação de recursos propostos e o seu impacto no desenvolvimento de capacidades na gestão de riscos.
- ✔ Examinar como esta RCM incorpora a avaliação de riscos estratégicos e a sua tradução em medidas práticas.
- ✔ Investigar a coordenação entre diversos órgãos e instituições na sua implementação, destacando possíveis desafios à colaboração entre estes.
- ✔ Identificar desafios na implementação efetiva da estratégia, especialmente em relação à utilização de recursos financeiros e materiais.

Área de Estudo

- ⊕ Proteção Civil, com foco na análise da RCM n.º 112/2021 e a sua implementação no contexto nacional. Teoria da Estratégia aplicada à Proteção Civil, avaliação de riscos estratégicos e alocação de recursos.

Metodologia

- ⊕ Partindo do paradigma epistemológico intepretativista, pretende-se compreender a ENPCP 2030 recorrendo a uma pesquisa qualitativa.

Bibliografia

- ✗ Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021.
- ✗ Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017.
- ✗ Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006).
- ✗ Lei Orgânica n.º 1/2011.
- ✗ Lei n.º 65/2007.
- ✗ Decretos-Lei n.º 114/2011 e n.º 44/2019
- ✗ Ribeiro, A.S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia - O Essencial ao Processo Estratégico*. Almedina

Resultados

Aspeto	Descrição
Propósito Político	Compromisso de continuidade e alinhamento com metas internacionais, como o Quadro de Sendai.
Objetivos Estratégicos	Abordagem holística, cobrindo desde a governança até ao envolvimento dos cidadãos na gestão de riscos.
Cooperação Internacional	Base na legislação nacional e cooperação global para alinhar-se com padrões internacionais.
Implementação	Mecanismos de coordenação ao nível Governamental presentes, mas verificam-se lacunas na definição de diretrizes e alocação dos recursos.
Coerência	Compromisso amplo com prevenção e resiliência, nas diferentes áreas estratégicas subordinadas.
Análise da ENPCP 2030 à luz dos Princípios da Estratégia	<ul style="list-style-type: none">✔ Princípio da Importância do Objetivo: Fundamental para a governança e gestão de riscos em Portugal, refletindo um compromisso holístico e identificação de objetivos importantes e adequados.✔ Princípio da Economia de Esforço: Enfrenta desafios operacionais nomeadamente lacunas na coordenação e orquestração e falta de recursos humanos, que podem comprometer a sua exequibilidade.✔ Princípio da Liberdade de Ação: Afigura-se aceitável, permitindo adaptação a mudanças na conjuntura e uma resposta eficaz a novos desafios.

Discussão

A ENPCP 2030 demonstra um compromisso político sólido e no alinhamento com metas internacionais, como o Quadro de Sendai. Os objetivos estratégicos abrangem uma variedade de áreas, refletindo uma abordagem integrada e holística na redução de riscos e na preparação para emergências. Encontram-se lacunas na definição de linhas orientadoras e na alocação de recursos para uma implementação eficaz. Recomenda-se melhorar a implementação desta Estratégia através de orientações financeiras claras para os municípios, um plano detalhado para o uso de recursos financeiros, a capacitação de equipas, a avaliação e ajuste dos objetivos operacionais, o estabelecimento de indicadores de desempenho e abertura política para consulta aos operacionais. Estas sugestões visam melhorar a adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade da ENPCP 2030, garantindo uma implementação bem-sucedida e sustentável das medidas propostas.

Conclusão

Esta análise destaca a importância de uma abordagem holística na implementação da ENPCP 2030. Reconhece-se a necessidade de compreender os desafios de alocar recursos eficazmente e uma adaptação contínua à conjuntura. Apesar das lacunas identificadas, a ENPCP 2030 prioriza medidas preventivas que favorecem o interesse nacional. Para maximizar o seu potencial são necessárias melhorias na implementação e na eficácia da coordenação.